

POLÍTICA ECONÔMICA

Ministro de grande expressão durante a ditadura militar, economista está bem cotado para assumir um posto de destaque no segundo mandato de Lula. As opções seriam o BNDES ou uma assessoria especial

Delfim deve ter cargo no governo

RICARDO ALLAN
DA EQUIPE DO CORREIO

São grandes as chances de o deputado Delfim Netto (PMDB-SP) vir a ocupar um cargo de relevância na área econômica no segundo mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Segundo se especula nos ministérios da Fazenda e do Planejamento, Lula pensa em colocar o novo aliado na presidência do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). A outra opção seria criar o posto de assessor especial da Presidência para assuntos econômicos e entregar-ló a Delfim. De qualquer forma, Lula quer continuar contando com os valiosos conselhos do economista.

Interessado em retribuir o apoio que Delfim lhe deu nas últimas eleições, em que o próprio deputado não conseguiu se reeleger, Lula considerou ainda duas outras opções: o posto de ministro da Agricultura ou de embaixador num país importante para a diplomacia econômica brasileira. Essas alternativas foram praticamente descartadas por causa das dificuldades de mobilidade que a idade cada vez mais impõe a Delfim. Em maio, o economista de maior expressão nos governos do regime militar, nos quais foi ministro da Fazenda, da Agricultura e do Planejamento em períodos diferentes, completará 79 anos.

Até agora, Delfim tem negado um eventual convite de Lula. De acordo com técnicos da equipe econômica, sua entrada no governo daria um bom sinal para o mercado. "Isso poderia diminuir as dúvidas dos investidores quanto à manutenção ou não de uma política mais estreita de austeridade fiscal. Num momento em que o mercado enxerga nos movimentos do governo um afrouxamento fiscal, a chegada dele seria uma clara indicação de que o compromisso com o ajuste é real", afirma um técnico.

Na sua avaliação, Delfim ajudaria também na formação de um consenso dentro do PMDB e nos partidos de oposição em favor da aprovação de medidas importantes, como a prorrogação da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) e da Desvinculação de Receitas Orçamentárias (DRU). De acordo com a legislação em vigor, tanto o tributo como o instrumento que libera 20% das verbas carimbadas no orçamento deixam de valer no fim do ano. O apoio seria importante também para as negociações da reforma tributária e a apreciação das iniciativas do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

Independentemente de sua decisão e da aceitação de Delfim, Lula pretende ouvi-lo na reta final de preparação do PAC, principalmente no que diz respeito aos pontos de contenção de gastos e

Kleber Lima/CB - 20/8/03



DELFIM NETTO EVITA FALAR SOBRE O ASSUNTO, MAS TÉCNICOS DA EQUIPE ECONÔMICA DEFENDEM SEU NOME

de incentivos tributários – o programa deve ser anunciado no dia 22. Na avaliação de um outro técnico, a chegada de Delfim reforçaria a ala mais afinada com a ortodoxia econômica.

Influência

Com a saída de Antonio Palocci da Fazenda em março de 2006 e a chegada de Guido Mantega, esse grupo foi reduzido ao ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, e o secretário-executivo da Fazenda, Appy, que pode sair. Paulo Bernardo será mantido no cargo.

Delfim seria uma voz influente junto ao presidente em favor de uma política econômica voltada para o crescimento, mas sem abrir mão de instrumentos de controle fiscal e monetário. "O pêndulo hoje está pendendo

muito para o lado de lá. Quem manda na política econômica é o presidente, mas hoje quem tem mais influência sobre ele são os ministros Dilma Rousseff (Casa Civil) e Luiz Marinho (Trabalho)", avalia outro técnico. Inspirador do plano de ajuste fiscal de longo prazo proposto por Palocci, Delfim já perdeu uma para Dilma: a ministra bombardeou o projeto e Lula o engavetou.

O grupo de Mantega teme que Delfim no governo ofusque a figura do ministro da Fazenda. Recentemente, Mantega perdeu duas importantes batalhas para Dilma e Marinho. A Fazenda queria um aumento do mínimo de R\$ 350 para R\$ 367 e teve que engolir um valor fixado em R\$ 380. Mantega admitia corrigir a tabela do Imposto de Renda em 3%, mas foi obrigado a acei-

tar 4,5%, o que vai gerar um rombo de R\$ 1,230 bilhão.

Uma eventual ida de Delfim para o BNDES seria também um indicador de que o atual presidente do banco, Demian Fiocca, estaria mesmo de mudança para a Fazenda. Mantega quer voltar a contar com o auxílio de Fiocca, com quem trabalhou no BNDES e no Planejamento, se possível na secretaria-executiva, no lugar de Appy. A opção de criar um novo cargo, o de conselheiro econômico, teria o inconveniente de levar Delfim, um totem do regime militar, para dentro do Palácio do Planalto num governo do PT. Lula e seu partido cresceram justamente em oposição à política econômica conservadora dos governos militares. A capitulação total a Delfim seria difícil de se viabilizar politicamente.